

ela pode ser favorecida nesse contexto que envolve de um lado os constrangimentos sociais daquelas que vão buscar ajuda por terem sido violentadas e de outro as suas fantasias sexuais inconscientes.

Susana Barreto Funck estuda A Sexualidade nas Utopias Feministas dos Anos 70 na Literatura Norte americana a partir de cinco romances utópicos formados como representativos nos quais a assimetria de gênero é resolvida ou pela eliminação total da diferença ou pela igualdade na convivência dos diferentes. Nessa utopia a identidade sexual deixou de existir e irrelevante a sexualidade não segue os moldes vigentes na sociedade ocidental com temporânea o poder se restringe apenas a um poder de escolha e todos são iguais. Diferentemente da chamada revolução sexual que não chegou a criar mudanças estruturais no padrão das relações humanas essas utopias feministas da década de 70 propõem uma prática libertária questionando relações de gênero e poder na área da sexualidade.

Embora não tenham sido agrupados em blocos temáticos é possível entrever uma aproximação maior entre alguns desses artigos na ordenação do volume. De qualquer modo no conjunto da leitura vai ficando a sensação de que um texto remete ao outro com as questões sempre se correlacionando. Assim é que por exemplo ao lemos sobre as bancadas do artigo de Segnini voltam a fona as colocações de Puppim à proposta das mulheres em cargos de comando e o mesmo acontece quando nos aproximamos das donas de casa ausentes do juri no estudo de Fontolan e das primeiras universitárias em São Paulo estudadas por Trigo e das professoras na virada do século analisadas por Reis enfim de todas as categorias femininas

nas encarnadas nesses diversos estudos. A dimensão avassaladora do doméstico marcam as representações de gênero que levam as mulheres a se inserir na vida profissional da maneira que lhes cabe isto é pautadas por essa inescapável dimensão do privado. Nesse sentido também resurge a proposta de cada tema o esforço extra que cabe às mulheres realizar para ocupar espaços tradicionalmente destinados aos homens.

Se a questão das relações de gênero é o connector da coleção e como um todo corre em paralelo a questão das fronteiras nebulosas entre o domínio público e o privado no que diz respeito ao lugar social da mulher das ambiguidades e as contradições reveladas em relação aos diferentes casos estudados. São ambivalências e incongruências que como cada autora demonstra não decorrem dos casos e situações pesquisados mas de uma lógica que emana da sociedade o que o conjunto dos artigos torna ainda mais evidente. A riqueza dos textos consiste na demonstração das sutilezas envolvidas nos modos como tal lógica se atualiza em diversos contextos.

Para além da questão das relações de gênero tão bem fundamentada e desenhada ainda o cuidado com que as autoras situam e referenciam cada tema especificamente em termos teóricos e metodológicos de tal modo que a leitura de *Novos Olhares* se torna ainda mais rica. É um título que faz jus à contribuição do livro remetendo aos novos olhares daquelas que são o objeto das pesquisas que originaram os textos como também aos novos olhares daquelas que realizaram as pesquisas.

ROSANE M. PRADO ■

Da mulher ao Cyborg: os anos rebeldes

Tendências e Impasses o feminismo como crítica da cultura

HOLLANDA Heloisa Buarque de (org.)

Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 288 p.

Todos nós estamos falando da crise do conhecimento provocada pelo questionamento

pos moderno das grandes narrativas do Iluminismo. Sabemos que essa crise impacta de forma muito profunda o pensamento feminista. Como conciliar a luta feminista pelos direitos da mulher com a crítica pos estruturalista a noções de identidade e de direitos calcadas no discurso humanista liberal? A confluência entre pos modernismo e pos estruturalismo acarretou profundo impasse para as teorias feministas principalmente no contexto acadêmico norte-americano.

rico. Diante da facticidade da fragmentação dos discursos e do descentramento do sujeito da razão da história e da enunciação como continuar falando em nome do sujeito *mulher* da utopia de uma linguagem comum?

Foi essa preocupação com o papel da linguagem e dos processos simbólicos na construção e representação da experiência da identidade e da realidade (preocupação esta que constitui o cerne das teorias pos-modernas/pos-estruturalistas) que marcou uma espécie de mudança paradigmática nas teorias feministas na última década. Estudos das estruturas sociais cedem lugar a leituras críticas das narrativas culturais na fabricação do *socius*. O olhar feminista volta-se portanto para o campo da cultura procurando entender como determinados textos são historicamente construídos e postos em circulação como estão permeados por relações de poder que inviavelmente perpassam relações não só de gênero mas também raciais, étnicas, sexuais, de classe, entre outras, e como são constitutivos de valores. Dentro do marco desse paradigma linguístico do conhecimento e à luz da crise do sujeito, a categoria *mulher*, círculo do feminismo, se fragmenta em suas diversas construções através das várias modalidades da diferença desestabilizando radicalmente as tradicionais categorias analíticas das teorias feministas.

É nesse contexto dos debates feministas internacionais que podemos situar Tendências e Impasses a feminismo como crítica da cultura. Como o título sugere, o que une os artigos agrupados nas três partes em que o livro se divide (*Repensando a Diferença. A Questão Nacional. Impasses e Perspectivas*), e cuja procedência nos leva a disciplinas como Literatura e História, bem como a emergente área interdisciplinar dos estudos culturais, é a crescente preocupação tanto acadêmica quanto política com a produção e circulação cultural dos significados de gênero em um cenário de confluência entre o feminismo anglo-amerикano e o francês. A introdução de Heloisa Buarque de Hollanda nos oferece um breve pormenor abrangente mapeamento dos caminhos da crítica feminista contemporânea no panorama internacional. O objetivo é não só situar a leitora dentro das mais recentes tensões e contradições do pensamento feminista, como também contextualizar cada artigo em relação aos processos de construção da diferença como categoria teórica e política. O que se busca é mostrar como essa diferença (juntamente com seus mecanismos de exclu-

são) estrutura as histórias que são contadas sobre a produção literária e artística das mulheres (Elaine Showalter) sobre a história literária tradicional (Rita Lemire) sobre as teorias científicas acerca da variedade humana (Nancy L. Stepan) e sobre os discursos da nação e da identidade nacional na produção literária da América Latina (Jean Franco; Mary Louise Pratt; Dora Sommer) nas Partes I e II.

Já na Parte III a diferença se multiplica a partir da proliferação dos níveis de indeterminação estruturada pelo pos-colonialismo (Gayatri Spivak) pela tecnologia do gênero (Teresa de Lauretis) e pelo circuito integrado do capitalismo mundial (Donna Haraway). Estes constituem as condições da possibilidade para entendermos o gênero, a raça, a classe, a sexualidade e a própria alteridade, enfim as diferenças como efeitos não só como fatos aparentemente fixos e imutáveis na História. Tais diferenças, portanto, deixam de habitar nossas ontologias e se transformam em posições políticas. O que os ensaios aqui reunidos nos trazem é que, em vez de tentarmos (des)cobrir as diferenças, devemos sim aprender a ler os processos de diferenciação. E como leituras são sempre feitas de forma obliqua (isto é, informada por interesses específicos) são necessariamente parciais. É a partir desse contexto (parcial) de minhas inquietações teóricas atuais que gosto de tecer a seguir alguns comentários sobre o conjunto dos ensaios aqui reunidos.

Em *A Crítica Feminista no Território Selvagem* Elaine Showalter identifica quatro principais tendências atuais da crítica feminista (biológica, linguística, psicanalítica, cultural) apontando problemas com os três primeiros modelos de diferença e recomendando a adoção do último, o modelo da cultura da mulher, por sua abrangência pois incorporaria ideas a respeito do corpo, da linguagem, e da psique da mulher (p. 44) que ficam inscritas na sua produção literária.

Publicado pela primeira vez em 1981 no periódico *Critical Inquiry*, o artigo de Showalter ilustra um momento já histórico nos debates feministas quando, apesar do reconhecimento das diferenças, a crença na existência de uma experiência coletiva unindo as mulheres e em um focus cultural preciso da identidade literária feminina (p. 51) contagava significativa parcela de feministas. Com a crítica das mulheres de cor e elas mesmas, o feminismo cultural e as promessas de sisterhood e à luz dos ensaios teóricos da Parte III do livro, vemos que tais termos e conceitos há muito deixaram de ser transparentes para o pensamento feminista. Dina

o mesmo a respeito de quaisquer classificações taxonómicas (os modelos de crítica feminista) ou cronológicas. Há a necessidade aqui de uma certa dose hermenêutica de suspeição. É o que Rita Lemire propõe fazer em Repensando a História Literária, apesar de ainda fundamentalizar seus argumentos em modelos extremamente homogêneos de culturas masculina e feminina e heterogêneos entre si, simplificando por assim dizer a própria história cultural.

Utilizando Foucault e a historiografia feminista, a autora mostra claramente as exclusões que a história literária tradicional, definida em termos patriarcais, perpetra. Primeiro, há uma negação do impacto das estruturas sociais e das ideologias na construção da tradição literária. Seta interessante ressaltar aqui a aguçada cunhadeza a que análises da relação entre gênero e gênero, e entre autoria e autoridade são capazes de revelar. Segundo, há o preconceito da perspectiva escriptocêntrica, em detrimento da oralidade no cânon da cultura ocidental quando uma elite intelectual sacraliza obras escritas e marginaliza as das tradições orais das culturas populares nativas. O interesse informando tal estratégia era o de ampliar a distância entre o povo e a élite () entre mulheres e homens (p. 63). Ironicamente, um outro texto de cunho oral que foi recentemente canonizado (i.e. faz parte agora do currículo de Humanidades de muitas universidades norte-americanas) é a história de vida de Rigoberta Menchú¹, na qual essa líder indígena guatemalteca e ativista dos direitos humanos, além de ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 1992, faz observações críticas a respeito das variadas hierarquias construídas em torno da dicotomia escrita/oralidade, salientando como estas operam também para separar raças e etnias e não somente os gêneros. Por outro lado, devemos nos perguntar até que ponto a canonização de literaturas e gêneros ex/cênicos não está penalizando a emergência de uma preocupante ética da marginalidade, na qual a celebração por medida da categoria marginal acaba por fazer com que a mesma perca seu potencial crítico?

¹BURGOS Elizabeth. *Meu Nome é Rigoberta Menchú e Assim Nasceu Minha Consciência*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

²Para maior elaboração desse ponto, ver o ensaio de George Yudice. *Marginality and the Ethics of Survival*. In Ross Andrew (org.) *Universal Abandon?* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988, p. 214-36.

Da mesma forma que a escrita distanciou a élite do povo, o homem da mulher, estabelecendo desigualdades entre esses polos, o discurso das ciências biossociais sobre o desenvolvimento humano nos séculos XIX e XX, através do emprego de analogias e metáforas entre raça e gênero, acabou por reforçar científicamente tais desigualdades e diferenças. O ensaio de Nancy Stepan é um minucioso e convincente estudo da relação entre linguagem e processos de representação, por um lado, e a produção do saber no contexto mais amplo das estruturas sociais, por outro. Para a autora, os tropos linguísticos acima assinalados não são apenas auxílios psicológicos para a descoberta científica ou esquemas heurísticos, mas elementos constitutivos da teoria científica (p. 73). Não é tanto a novidade do argumento, mas o detalhamento e a clareza dos exemplos unidos às explicações antropológicas que fazem deste ensaio um alerta aos recentes controversos e politicamente perigosos discursos veiculados na mídia, por exemplo, sobre diferenças sexuais no cérebro e diferenças raciais em coeficientes de inteligência. Uma vez que a diferença se aloja na biologia, ela se transforma na marca indelevel do gênero ou da raça ou da sexualidade, ou de todos esses casos dando voz à as mais variadas intervenções políticas e outras. Da importância premente de trabalhos como o de Nancy Stepan e podendo aqui também citar os de Donna Haraway.

No Parte II (A Questão Nacional), volta mos nosso olhar para a relação entre nação e narração e o lugar que as representações de gênero ocupam nesse campo sociosemântico das narrativas nacionalistas. Jean Franco (*Sentido e Sensualidade: notas sobre a formação nacional*), Mary L. Pratt (*Mulher, Literatura e Identidade Nacional*) e Doris Sommer (*Amor e Pátria na América Latina: uma especulação alegórica sobre sexualidade e patriotismo*) mostram, através de um close reading meticoloso dos diferentes textos da América espanhola, tomando em consideração o (con)texto mais amplo das preocupações políticas e econômicas, o papel ambíguo que a mulher desempenhou na construção da identidade nacional. Aqui temos um movimento inverso no que tange a questão da identidade e da diferença. O projeto que norteava as narrativas nacionais, como afirma Jean Franco³, era justamente

³ Introduction. In *Plotting Women: gender & representation in Mexico*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989.

o de converter a heterogeneidade racial desse sistema em umação moderna e homogênea. A importância desses ensaios para as teorias feministas está na relação que estabelecem entre textualidade e práticas políticas entre a instituição da literatura e a economia e entre o patriarcado e a ação.

A Parte III desta coletânea (*Impasses e Perspectivas*) contém ensaios que contribuiram significativamente para uma espécie de ruptura epistemica nas teorias feministas. Os três artigos analisam a questão da especificidade do sujeito do feminismo posicionado de forma comunitária e múltipla nos descontínuos espaços sociais estruturados pelo capitalismo internacional e pela informática da dominação.

Gayatri Spivak em *Quem Reivindica a Atualidade?* reflete utilizando-se de noções como escrita e leitura sobre o sujeito da historiografia alternativa. Mostrando as complexidades da relação dessa figura com a produção acadêmica, a autora alerta-nos para que examinemos como (esse sujeito) está escrito, em vez de simplesmente ler sua máscara como uma verdade histórica (p. 188). Teresa de Lauretis emprega a noção foucauldiana de tecnologia para analisar o sujeito do feminismo, a mulher, criticando a maneira como o pensamento feminista tem até então afastado o gênero a uma desgastada economia da diferença sexual. Para a autora, essa visão do gênero nos impossibilita de articular as diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres ou, talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres (p. 207). O sujeito do feminismo, pelo contrário, está constituído pelo movimento para dentro e para fora do gênero como representação ideológica () movimento de vaivém entre a representação do gênero (dentro do seu referencial androcêntrico) e o que essa representação exclui ou mas exatamente torna irrepresentável (p. 238).

Se para De Lauretis o sujeito do feminismo é, em parte, irrepresentável, para Donna Haraway ele é irreconhecível. Originalmente publicado em *Socialist Review* nº 80 em 1985 (e não em *Ressistance Literature* de Barbara Harlow como consta na nota de rodapé), nesses dez anos de vida *Um Manifesto para os Cyborgs* já circulou por dezenas de antologias com apenas pequenas revisões, provocando as mais variadas reações entre um sem número de feministas. Aqui Haraway, através de linguagem inovadora e híbrida em imagens posmodernas (ler seu ensaio nos dá a sensação de estarmos assistindo a um videoclip da MTV)

reconfigura o sujeito do feminismo como um Cyborg, que é na verdade um mito (parte real e parte imaginária). Para a autora, a mulher como sujeito transparente do feminismo da década de 70 desaparece com a emergência do Cyborg, organismo cibernetico híbrido, uma criatura ligada não só à realidade social como à ficção, uma quimera, transgressor de dualismos, poiso ele é capaz de dar conta do corpo fragmentado da posmodernidade e de articular uma política alternativa sensível à nova sociedade dos sistemas palmárticos de informação.

É interessante examinar as conexões entre os três ensaios. Em todos eles o sujeito do feminismo perde irremediavelmente sua inocência e transparência, adquirindo uma subjetividade mais complexa, volátil e móvel, moldada a partir dos múltiplos registros sociais e culturais. Em todos eles há a chamada para uma política que responda diretamente à problemática do capitalismo global. O que os diferencia quanto são as propostas de intervenção que fazem (ou não) tacita ou abertamente.

O ensaio de De Lauretis abre um espaço por demais grande entre por um lado, a mulher como excesso na ordem simbólica da cultura patriarcal e, por outro, a mulher como sujeito historicamente situado. Faltaria aqui fazer o que Spivak se propôs desde o inicio: ou seja, entender o sujeito fragmentado da posmodernidade à luz do capitalismo multinacional⁴.

Ao longo de sua produção acadêmica Spivak busca explicitar a historicidade das subjetividades e o papel da crítica feminista no contexto internacional. Para isso estabelece complexas relações (descontínuas) entre práticas acadêmicas e o circuito do capitalismo entre a mulher no Primeiro Mundo e no Terceiro mundo, o colonial e o pós-colonial, mostrando como essas descontinuidades geram diferenças. Estas por sua vez contribuem para a construção de um sujeito idealizado da historiografia alternativa a custa da obliteração dos sujeitos neo-coloniais (e as mulheres nas zonas frangas do Terceiro Mundo). O problema que tem sido ressaltado a respeito da postura política e teórica da autora é que as opções entre as mulheres (do Primeiro e do Terceiro Mundos da

⁴ Vale dizer que, em seu trabalho posterior, De Lauretis repensa esse espaço, voltando-se a partir das críticas de mulheres de cor e lésbicas ao feminismo, para análises mais materialistas das práticas discursivas onde o gênero deixa de ocupar o lugar privilegiado que ela ainda lhe concede no artigo em questão.

elite e da classe subalterna) adquirem um caráter tão avassalador que ameaçam qualquer tipo de prática articuladora de construção de alianças. Quando veja como acadêmicas (do Primeiro Mundo e da elite do Terceiro) e ativistas (do Terceiro Mundo) trabalham juntas em diversos movimentos sociais apesar das distâncias e dos interesses e investimentos institucionais de cada uma sinto-me bem menos melancólica e mais próxima ao Cyborg. Parem nem tanto

A celebração da narrativa heteroglossica e a confusão de fronteiras do Cyborg fontes de seu prazer tendem como observa eloquente mente Susan Bordo⁸ a obscurecer o fato de que narrativas e a fabricação de histórias são localizadas limitadas parciais e sempre carregam consigo investimentos pessoais. Das a necessidade de caminhamos com mais cautela rumo à heterogeneidade instável pois infelizmente o poder ainda opera com intante monotonia através dos velhos dualismos e que limita a eficácia do Cyborg como transgressor dos

⁸Feminism Postmodernism and Gender Skepticism in NICHOLSON Linda J (org.) Feminism/Postmodernism Nova Iorque Routledge 1990 p. 133-56

dualismos. Quem sabe não seria melhor e mais produtivo como estratégia feminista se em vez de ficarmos imaginando Cyborgs não nos ocupássemos de duas tarefas. Primeira: de cuidar desse reflexão e análise do lugar que ocupamos em nossas teorizações e intervenções políticas (relevante aqui seriam questões sobre subjetividade representação tradução cultural da diferença etc.) e segundo: em traçar paralelos entre esse lugar e o contexto mais amplo das instituições que queremos transformar. Entraria mas aqui com análises das estruturas sociais e seu papel nas relações de dominação na economia global. Mas enfim estamos cada vez mais que falando de um manifesto do Cyborg como utopia e do mundo como texto codificado pela informática da dominação. Não creio que haja consenso sobre a questão de quanto perto ou quanto distantes estamos deste mundo pos genro pos feminista pos tudo. O livro organizado por Heloisa Buarque de Hollanda pretende apenas nos mostrar as tendências e os impasses nessas discussões. E diga-se de passagem já faz muito

Claudia de Lima Costa ■

Propostas revolucionárias

O Melhor de Carmem da Silva

CIVITA Laura Tavares (org.)

Rio de Janeiro Editora Rosa dos Tempos
1994

Quando Carmem da Silva começou a escrever artigos mensais na revista *Cláudia* em 1963 entre receitas culinárias modas e bordados e segredinhos para prender o mando o feminismo era ainda uma ideia fora do lugar. Senão no mundo intero pelo menos no Brasil onde ganhava contornos de piada de mau gosto impregnando de ridículo tudo o que se dizia e fazia em seu nome. Carmem não se intimidou e foi fundo ao ponto. A partir do diálogo com as leitoras que logo começaram a lhe mandar cartas expôs conflitos expôs tensões expôs semelhanças expôs desesperos. Leu

nas entrelinhas o que a surdez precoce a impediu de ouvir em consultas psicanalíticas para as quais se habilitara por formação a angustiar as mulheres no momento histórico em que um mundo em transformação lhes exigia novas posturas diante da vida enquanto a imagem secularizada de feminilidade esculpida pela História e pela Ciência as aprisionava a velhos padrões de comportamento decalcando-lhes os destinos em modelos tão coercitivos quanto ultrapassados. Culpa medo ansiedade confüsa indecisão ambiguidade. Carmem ouviu tudo isto nas cartas, os ditos e os não ditos. Soube devolver-lhes de forma organizada e precisa todo um material feito de pura subjetividade traduzindo com argúcia e paciência a complexidade da vida emocional achando as palavras certas que qualquer uma entendêra. Com isso ajudou suas leitoras a soletrar o beebá do feminismo iniciou-as sem que elas percebessem em uma nova leitura do mundo e das relações humanas.